

PERCEPÇÕES SOBRE A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA PELO HOMEM, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

INSIGHTS ON THE NATURE OF OWNERSHIP BY MAN, GLOBALIZATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT.

José Fernando Vidal de Souza*

Sumário: 1. Introdução; 2. A apropriação da natureza pelo homem; 3. Globalização e desenvolvimento sustentável. 4. Considerações Finais. 5. Referências.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir os problemas enfrentados com a globalização e o desenvolvimento sustentável, a partir da relação homem/natureza. Parte-se da análise das grandes expedições marítimas e das ideias de Francis Bacon, que acreditava que a verdade estava no domínio do homem sobre a natureza, ou seja, deveria ele transformá-la, para permitir o progresso da humanidade. Nesta linha, o pensamento liberal desenvolvido a partir do século XVII consolida uma perspectiva onde o homem deve ter garantias para explorar seu potencial, seu trabalho e suas habilidades para, através delas, buscar a felicidade. Com isso sedimentam-se as ideias do livre mercado e do livre empreendimento que se atrelam ao conhecimento científico, gerando a desumanização da natureza e a desnaturalização do homem. O fenômeno da globalização, por sua vez, como projeto liberal-capitalista se apropria do humano e estabelece padrões que ditam as regras do mercado mundial, sendo que o modelo de crescimento econômico atual gerou enormes desequilíbrios. Por fim, a tentativa de conciliação da relação homem/natureza pela via do desenvolvimento sustentável não se concretizou e termo não só se banalizou como tem se transformado na fórmula encontrada pelo capitalismo para minimizar ou se apropriar do debate sobre as questões ambientais. A proposta é, pois, de promover a mudança da relação homem-natureza, que não pode ser de domínio, mas de convívio e interação, sendo que o fenômeno da globalização não pode inviabilizar essa busca que permitirá, também, a consolidação, a efetiva e a correta aplicação do termo desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Humano; Natureza, Globalização; Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: This paper aims to discuss the problems faced with globalization and sustainable development, from the relationship man/nature. Part is an analysis of the great maritime expeditions and ideas of Francis Bacon, he believed that truth was the dominion of man over nature, i.e., he should turn it to enable the progress of humanity. In this line, liberal thought developed from the seventeenth century consolidates a perspective where man must have collateral to explore their potential, their work and their skills, through them, to seek happiness. With this sediment up the ideas of the free market and free enterprise they are closely linked to scientific knowledge, generating the dehumanization of nature and the denaturalization of man. The phenomenon of globalization, in turn, as a liberal-capitalist project appropriates the human and sets standards that dictate the rules of the global market and the current model of economic growth generated huge imbalances. Finally, the attempt to reconcile the relationship man / nature the path of sustainable development did not materialize and end not only trivialized as it has been

* Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Mestre e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós-doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Pós-doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina; Especialista em Ciências Ambientais pela Universidade São Francisco; Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Professor da Universidade Metodista de Piracicaba e da Universidade Paulista; Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

transformed into the formula found by capitalism to minimize or take ownership of the debate on environmental issues. The proposal is therefore to promote change human-nature relationship, which can not be domain , but socializing and interaction , and the phenomenon of globalization can not derail this search that also allow the consolidation , the effective and the correct application of the term sustainable development .

Keywords: Human; Nature; Globalization; Sustainable Development.

Introdução.

Pensar sobre a questão ambiental na atualidade é acima de tudo examinar a dinâmica do crescimento econômico, as mudanças sociais, o processo de globalização e as crises econômica e ambiental que orientam a política mundial.

Inicialmente se tomarmos *desenvolvimento sustentável* como um processo de mudança para a melhoria da qualidade de vida e a manutenção do seu ciclo natural hoje e sempre, com a busca da utilização dos recursos naturais visando atender as necessidades presentes sem comprometer os estoques para as gerações futuras, veremos que as principais crises vividas eclodem a partir da relação homem/natureza.

Nesse contexto a questão da vulnerabilidade do planeta deve ser vista uma leitura do materialismo e da perspectiva da natureza, partindo da visão de Bacon, no século XVII, com a sua visão de domínio da natureza, até a constituição e o modo de produção capitalista que se inicia com um período de encubação que é ditado pelo período entre os séculos XVI a XVIII e o seu desenvolvimento ocorrido no século XIX com a Revolução Industrial e a sua expansão como modo de produção dominante e hegemônico no século XX.

De fato, a integração e o equilíbrio econômico, as preocupações sociais e ambientais são fundamentais para a conservação da vida humana na Terra, sendo que esse objetivo só será alcançado se lançarmos um novo olhar para o que produzimos, consumimos; como vivemos, trabalhamos; como nos relacionamos com as pessoas ou como tomamos decisões.

Porém, a relação homem/natureza deve se pautar pela prevenção do risco ambiental e não pela singela análise de administração do risco pelo processo de monetarização ou pela via compensatória.

Com efeito, é certo que, na atualidade, *desenvolvimento sustentável* se tornou um termo tão amplo que não se sabe mais se é uma mera ideia, uma visão, um conceito ou uma utopia.

Tal fato decorre da amplitude que se quer dar para o termo e a necessidade de atrelá-lo a uma perspectiva crescimento econômico, financeiro e fiscal.

De certa forma, o termo *desenvolvimento sustentável* tem se transformado na fórmula encontrada pelo capitalismo para minimizar ou se apropriar do debate sobre as questões ambientais.

Portanto, as crises que hoje se instalam no âmbito econômico, fiscal e financeiro não podem ser solucionadas apenas pela singela apropriação do termo desenvolvimento sustentável.

É necessário que cada crise seja observada sob o olhar da apropriação de poucos em detrimento de muitos. É importante, dentro dessa ótica, que o termo *desenvolvimento sustentável* seja empregado para a superação do que existe.

Enfim, só se entende que o termo tem um real significado se ele estiver atrelado à mudança de comportamento, pois do contrário estaremos falando mais do mesmo, e exercendo a velha arte romana de promover mudanças no seio da sociedade para que as coisas permaneçam tais quais se encontram.

O objetivo deste texto não é outro senão o de analisar o tema do desenvolvimento sob um olhar crítico, mostrando a origem do nascimento da relação homem/natureza no mundo moderno, a partir de Bacon até o fenômeno do modelo da sociedade de risco, com a evolução tecnológica, a globalização e as crises mencionadas, que fazem ressaltar as potencialidades e as limitações da Terra e a efetiva mudança de comportamento para garantia da sustentabilidade Planeta, com limites para abrigar pessoas, capitais e empreendimentos.

2. A apropriação da natureza pelo homem.

Para compreender a apropriação da natureza pelo homem é importante recuperar a ideia inicial da relação homem/natureza. Com efeito, a época das grandes expedições marítimas é o tempo de Francis Bacon (1561-1626) que acreditava que a verdade estava no domínio do homem sobre a natureza, ou seja, deveria ele transformá-la. Somente o domínio desta seria capaz de permitir o progresso da humanidade.

As suas ideias eram fundadas em um novo método de pesquisa científica, cujo empreendimento era superar e enterrar o pensamento do medievo que oscilava na polêmica entre a razão e a fé.

Nesse particular, o filósofo Mariconda (2006, p. 462) enfatiza que em relação às denominadas disciplinas morais é de basilar importância uma análise do contexto histórico, em especial da filosofia moral imperante até o século XVII, que colocava a teologia em grau de superioridade às todas as ciências e ratificou o princípio de autoridade na interpretação dos textos sagrados, que deveriam estar de acordo a tradição dos doutos da Igreja e, desta forma,

a separação dicotômica entre fato e valor parece ser, assim, uma marca dos autores que atuam em países submetidos à confissão tridentina, ou seja, à ortodoxia católica da Contra-reforma, como Galileu, Descartes, Pascal ou que negam radical e peremptoriamente a superioridade do juízo teológico, como é o caso de Bacon. Por outro lado, o abandono, por parte dos reformados, do princípio de autoridade na interpretação dos textos sagrados, enquanto consequência da doutrina da salvação individual teve dois efeitos. Em primeiro lugar, ao liberar o fiel de uma interpretação autorizada e pôr a responsabilidade da interpretação da Bíblia no indivíduo, a Reforma protestante introduzia o elemento da subjetividade (subjetivismo) na esfera dos valores, relativizando os padrões religiosos e morais. Em segundo lugar, a Reforma, em sua repercussão interna à esfera teológica, propiciou o desenvolvimento da teologia natural, como única possibilidade de teologia racional.

A apropriação da natureza pode ser examinada a partir da obra *Novum Organum*, onde Bacon inaugura o método experimental e enfatiza a dúvida, o erro e o juízo como forma de abrir atalhos na floresta da ignorância para construção de vias do conhecimento.

Naquela obra constata-se uma carta de independência científica e a superação da visão meramente especulativa que vigia desde Aristóteles a partir do saber teórico de explicação do mundo e das coisas, conforme desenvolve na obra *Organum*.

Bacon, mediante o emprego da visão empirista muda a ordem do mundo, eis que a pergunta fundamental não é mais saber por que as coisas são de um jeito e não são de outro, mas como as coisas funcionam. Essa compreensão desenvolvida pela ciência geraria benefícios aos homens e reduziria o seu trabalho. Para Bacon, a busca seria promover o bem do homem pela via da natureza e, assim, o avanço da humanidade viria pela via do progresso.

Essas ideias são aprimoradas por Descartes (1596-1650), no século XVII, que tem como ponto de partida a dúvida universal. Com isto ele amplia, através de seu método, a maneira de enxergar o mundo e construir um sistema que adota conceitos universais fundamentados em ideias inatas. Além disso, esses conceitos deveriam ser aplicados a todo e qualquer conhecimento empírico.

Tais conceitos são válidos para o mundo real e estabelecem um conhecimento *a priori* do universo, tais como o conceito de tempo, espaço, movimento, figuras, números etc.

Dessa forma, Descartes buscava a identificação de verdades fundamentais pela via da autonomia do pensamento. Afinal o seu mundo funcionava com a precisão e o mecanicismo de um relógio, sem segredo, sem desejo.

É essa visão científica mecanicista que enfatiza o pensar de Bacon no sentido de que o homem deve dominar a natureza. A ideia de domínio da natureza formulada por Bacon encontra, posteriormente, uma releitura ditada pelo capitalismo que a enxerga como matéria-prima a serviço do homem para efeito de desenvolvimento e progresso.

O pensamento liberal desenvolvido a partir do século XVII consolida uma perspectiva onde o homem deve ter garantias para explorar seu potencial, seu trabalho e suas habilidades para, através delas, buscar a felicidade. As ideias associadas à liberdade econômica e aos direitos individuais sedimentaram os rumos pelos quais a ideologia meritocrática do livre mercado e do livre empreendimento se tornou dominante. Como sustenta Locke (2004, p. 94), precursor das bases do liberalismo:

Embora a natureza tudo nos ofereça em comum, o homem, sendo senhor de si próprio e proprietário de sua pessoa e das ações ou do trabalho que executa, teria ainda em si mesmo a base da propriedade e aquilo que compôs a maior parte do que ele aplicou ao sustento ou conforto do próprio ser, quando as invenções e as artes aperfeiçoaram os confortos materiais da vida, era perfeitamente seu, não pertencendo em comum a outros.

Por fim, tudo isso atrelado ao conhecimento científico acaba por gerar a desumanização da natureza e a desnaturalização do homem.

Na esteira dessas transformações filosóficas, o pensamento liberal deitou as bases para o desenvolvimento e legitimação do modo de produção capitalista, concentrando-se numa articulação entre o homem natural, dotado de capacidades e potencialidades, cuja liberdade – econômica e política – permitiria sua expansão, cujos efeitos seriam necessariamente positivos ao conjunto da sociedade.

Tal base, derivada de Locke, Smith e outros, consolidou um modelo econômico e social calcado ideologicamente na racionalidade, na concorrência, no individualismo, no risco privado e na meritocracia, tendo como paradigma a busca incessante dos desejos objetivos e subjetivos, legitimando o lucro e o sucesso como materialização do processo para uns, enquanto que o fracasso e o insucesso estão resumidos as incapacidades e as escolhas equivocadas de outros, reforçando o individualismo metodológico inerente ao liberalismo.

Nesse processo, a natureza se torna veículo condutor da busca pela realização privada, reforçando uma perspectiva de externalidade e submissão aos homens portadores dessa racionalidade instrumental e utilitária.

Ao mesmo tempo, é fato que desde a Revolução Industrial tem-se visto um crescimento jamais visto da população humana e da intensa utilização dos bens da natureza.

A maioria da população mundial se vê alijada dos avanços tecnológicos, os quais também se encontram submetidos à lógica de funcionamento do capital e, portanto, distante dos pressupostos de atendimento das necessidades humanas, reforçando o desequilíbrio latente das relações do homem com a Natureza, haja vista que o pacto que unia o homem primitivo ao seu habitat passa a ser definitivamente rompido unilateralmente pela lógica do capital, evidenciado de forma radical no processo inglês dos *enclosures*.

O desenvolvimento das forças produtivas materiais, ao mesmo tempo em que potencializa as possibilidades de atendimento das demandas sociais, objetivas e subjetivas, submete as populações a um padrão de consumo e de sociabilidade, onde as novas tecnologias redesenham formas de controle sobre o trabalho e a vida das pessoas, de intensificação da extração de trabalho excedente e exclusão social e de consumos impostos pelas corporações midiáticas.

O meio ambiente do homem contemporâneo permite alavancar a reflexão acerca do papel da produção de bens materiais, de sua existência, submetidos à lógica do lucro constante.

As contradições inerentes ao funcionamento do modo de produção capitalista foram potencializadas com a transformação do avanço tecnológico em marca identitária de uma nova fase do capitalismo, onde a utilização de novos meios técnicos permitiria a superação dos entraves sociais do sistema, realizando, na prática, os ideais de liberdade e democracia próprios do liberalismo e do neoliberalismo.

No entanto, submetidos à lógica do capital, a tecnologia enquanto valor-de-troca reforçou a forma e o conteúdo da mercadoria.

A tecnologia científica da mesma maneira que oferece pretensamente um ambiente de satisfação, cria angústias e conflitos, uma vez que não garante a felicidade uma vez que a vida em sociedade radicaliza as contradições e as diferenças culturais, sociais e econômicas se ampliam.

Com isso, tem-se que no confronto entre racionalidade, trabalho e meios de produção a capitalização da natureza tem recaído numa completa desumanização nas relações entre homem e meios de produção. Além disso, a apropriação da natureza passou ser fundamental para a produção de riqueza.

Por esta razão, o conceito de desenvolvimento sustentável é revolucionário e como todas as ideias originais, alavanca debates intensos entre governantes e a sociedade civil sobre como atingir a sustentabilidade.

É certo, porém, que há autores que se apresentam bem céticos em relação a uma definição possível em relação ao termo desenvolvimento sustentável, como Veiga (2008, p. 208) ao enfatizar que

em meio a tantas linhas especulativas, o que parece se destacar é uma forte visão convergente de que as sociedades industriais estão entrando em uma nova fase de sua evolução. E que essa transição será tão significativa quanto aquela que tirou as sociedades europeias da ordem social agrária e levou-as à ordem social industrial. Ao mesmo tempo, as diversas versões sobre o “desenvolvimento sustentável” parecem estar muito longe de delinear, de fato, o surgimento dessa nova utopia de entrada no terceiro milênio. Este é o enigma que continua à espera de um Édipo que o desvende.

Em razão destes fatos reforça o entendimento de que é preciso observar que a evolução ciência e a tecnologia científica “não se convertem em novos princípios determinantes do desenvolvimento sustentável nem fundam uma ética

do conhecimento capaz de dirimir e solucionar os conflitos em torno da apropriação produtiva da natureza” (LEFF, 2006, p. 60).

Dentro do processo de desenvolvimento sustentável, segundo Lester Brown, do *Worldwatch Institute*, citado por Capra (1996, p. 24): “uma sociedade sustentável é a que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras.”

No entanto, como enfatiza Leff (2006, p. 15), na atualidade

A problemática ambiental emerge como uma crise *de civilização*: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia do mundo globalizado. Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da *outridade*.

A crise ambiental, como coisificação do mundo, tem suas raízes na natureza simbólica do ser humano; mas começa a germinar através do projeto positivista moderno que procura estabelecer a identidade entre o conceito e o real. A crise ambiental não é apenas a falta de significação das palavras, a perda de referentes e a dissolução dos sentidos que o pensamento da pós modernidade denuncia: é a crise do *efeito do conhecimento sobre o mundo*. Indo além das controvérsias epistemológicas sobre a verdade e a objetividade do conhecimento e do problema da representação do real através da teoria e da ciência, o conhecimento voltou-se contra o mundo, interveio nele e deslocou-o.

Portanto, o desenvolvimento sustentável pressupõe um crescimento econômico compatível com a existência dos recursos naturais, de tal forma que esses sejam preservados e não degradados, bem como o combate para a erradicação da pobreza, com a satisfação das necessidades básicas fundamentais e melhora da qualidade de vida da população, possibilitando a transmissão deste legado para as futuras gerações.

3. Globalização e desenvolvimento sustentável.

A partir da queda do muro de Berlim se instaura uma nova lógica da política mundial, assinalada pelo encerramento da Guerra Fria, que seria o anúncio de uma abertura dos mercados, com a reunificação alemã e o esfacelamento da União Soviética.

Surge um período denominado de era da Globalização, com a visão de uma economia alimentada pela ideia de universalidade e hegemonia dos países capitalistas, com efeitos diretos sobre a esfera social, política e econômica que alteraria inclusive a percepção de tempo e espaço.

Segundo Bauman (1999, p. 07) de quando em quando surgem palavras que são consideradas da moda e Globalização é um delas. Essas palavras, no entanto, passam a ter quase que o mesmo destino, ou seja, “quanto mais experiências pretender explicar, mais opacas se tornam” e “quanto mais numerosas as verdades ortodoxas que desalojam e superam, mais rápido se tornam cânones inquestionáveis”.

Além disso, esse fenômeno não é algo novo, pois de longa data (cerca de cinco séculos) se busca estabelecer uma integração econômica e cultural entre os povos.

Por isso, para correta compreensão da temática é importante ter claro que não há um entendimento pacífico sobre o início da globalização. Como destaca Beck (1999, p. 46), Marx, por exemplo, estabelece o início como sendo o século XV, com o surgimento do capitalismo moderno; Wallerstein como sendo o século XV, com o aparecimento do sistema capitalismo mundial; Robertson, define o período entre 1870-1920, a partir da multidimensionalidade; Giddens, a partir do século XVII, com a modernização; Permuter com o término do conflito Leste e Oeste e o aparecimento da civilização global.

Por essa razão, Beck (1999, p. 27-30) faz uma distinção entre globalismo, globalidade e globalização. Assim, no seu entender *globalismo* é “a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se, portanto, da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo”. *Globalidade* é o fato de que “já vivemos, há tempos, em uma sociedade mundial; significa “o conjunto das relações sociais, que não estão integradas à política do Estado nacional ou que não são determinadas (determináveis) por ela”. Por fim, *globalização* significa “os processos, em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua soberania, sua identidade, suas redes

de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem interferência cruzada de atores transnacionais”.

Não obstante a partir de tais considerações, o certo é que o fenômeno de *ações sem fronteiras* surge com os navegadores e descobertas de rotas marítimas para o estabelecimento do comércio entre o Ocidente e o Oriente e vem até os dias atuais com a divisão do mundo em blocos regionais como a União Europeia, o Nafta, o Mercosul e uma tendência gradativa de fragmentação de territórios soberanos.

Assim, a globalização pode ser marcada por três fases distintas: a) período denominado expansionismo mercantilista (1450-1850); b) período era Industrial, imperialista e colonialista (1850-1950); c) período pós-1989 aos dias recentes.

O expansionismo mercantilista associa-se à descoberta de novas terras aliadas ao comércio e marca a economia do mundo com rotas marítimas para as Índias e o estabelecimento abertura de mercados da Europa para a Índia, China e Japão, com especiarias e mercadorias como açúcar, tabaco, café, minérios além de outros, muitos desses produtos obtidos diretamente das colônias, situadas no sul da América do Norte, no Caribe e no Brasil, através da utilização de mão de obra escrava, oriunda da África, indígena ou dos povos locais dessas regiões.

Esse primeiro momento da globalização só foi possível em decorrência do intenso e violento tráfico negreiro, da expropriação das terras indígenas, dizimação intensa desses povos locais e ou pela destruição da sua cultura, além da propagação de doenças e epidemias que os devastaram pelo contato com os europeus.

Forma-se nesse período uma relação triangular na qual a Europa ocupa o ápice como fornecedora de manufaturas e os vértices compostos pela África como fornecedora de mão de obra escrava e as colônias como fornecedoras de matéria prima a ser exportada.

A partir dessa estrutura o comércio transoceânico forma uma imensa expansão do mercado que se organiza em um espaço globalizado e favorece o surgimento de artesãos, os industriais emergentes e consumidores. A expansão do

mercantilismo faz surgir os monopólios, a circulação intensa de mercadorias e o capitalismo. O mercantilismo ainda é o sistema econômico adotado pela maioria das monarquias.

A era da Revolução Industrial é marcada por um processo intenso de aceleração do crescimento da indústria, da técnica e guerras no âmbito político. Países como Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália industrializam-se aceleradamente e, ao mesmo tempo por guerras e revoluções, no âmbito político.

De fato, é nesse período que se pode verificar o desenvolvimento de novos equipamentos sofisticados como a máquina a vapor (1765), a aplicação no setor de transportes terrestres e marítimos, a máquina de fiação (1767), o tear hidráulico (1768) e o tear mecânico (1785) no âmbito da cadeia produtiva do setor têxtil.

Esses avanços tecnológicos só podem ser viabilizados pela via da exploração da natureza, com grande utilização de carvão, tudo para a produção em massa. Mais tarde, este modelo taylorista de indústria se espalhará para o ramo siderúrgico, que se aliará à eletricidade e a intensa utilização do petróleo para fundar, enfim, a indústria automobilística.

O campo político também é bastante fértil nessa ocasião tem-se a Independência dos Estados Unidos (1776), a revolução francesa (1789) as guerras napoleônicas (1799-1815), a abertura do mercado chinês com o tratado de Nanquin, assinado em 1842 entre a Dinastia Manchu, na China e Grã-Bretanha para por fim à chamada a primeira guerra do ópio, eis que os ingleses, com fim das guerras napoleônicas se voltaram para o comércio mais intenso com o Oriente e tinham exclusividade nas operações comerciais no porto de Cantão.

Contudo, tinham grande dificuldade de ingressar com seus produtos de exportação (seda, chá e porcelana) no mercado chinês. Tais perdas econômicas foram compensadas pela Grã-Bretanha com a venda de ópio indiano para o Império Chinês. Porém, ao ver a sua população, em especial os soldados serem consumidos pelo uso excessivo da droga, os chineses decidiram proibir o comércio da droga em seu território, o que deflagrou a guerra entre os dois países.

A abertura do mercado japonês, por sua vez, se dá com a revolução *meiji* no seio do Império Japonês. De fato, a era *meiji* (1867 a 1912) promove a introdução da noção do Estado-nação entre os japoneses, que permitiu uma acelerada modernização, a superação de um país com características feudais, o surgimento de conglomerados empresariais, rápida industrialização, fortalecimento de sua economia e obediência a tratados internacionais, que permitiram a abertura do mercado.

Todos esses fatos culminam com o fim tráfico de escravos, por meio dos navios negreiros e da escravidão, muito embora, no Brasil, isso perdure até 1888, fato esse que promoverá uma crise e um rearranjo de forças, pois o crescimento econômico perde sua base fundamental para consumo e progresso do primeiro período de globalização, que foi a utilização de mão de obra escrava.

Assume esse lugar a mão de obra assalariada e a intensa competição dos países europeus pela hegemonia do mundo, com os grandes investimentos em processos técnicos capazes de encurtar distâncias, como a construção de linhas férreas, aumento do comércio marítimo, telégrafo, telefonia e posturas belicistas e imperialistas no âmbito político, que acabam por culminar com duas grandes Guerras Mundiais e formação do mundo em dois grandes blocos formados por duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética).

Por fim, a globalização recente é marcada por um projeto liberal-capitalista, que conflitou e rivalizou com os projetos comunistas e nazifascistas.

Inicialmente, o projeto nazifascista foi derrotado por uma aliança do projeto liberal-capitalista com o projeto comunista. Na sequência, esses dois projetos passaram a se rivalizar em uma luta ideológica, com competição armamentista e tecnológica, que gerou a Guerra Fria.

O processo de globalização, por sua vez, corresponde a um processo dinâmico de interação entre as nações, proporcionado pelos progressos técnicos dos meios de transportes e telecomunicações, com destaque para os avanços informacionais das últimas décadas.

De fato, a partir da década de 1950 as empresas transnacionais começaram a direcionar suas filiais para os países subdesenvolvidos e, em pouco tempo, passaram a dominar o comércio internacional.

O crescimento das empresas expandiu os mercados, gerando novos e maiores investimentos tecnológicos para a busca novas formas e meios de produção, tudo para atender os mercados consumidores de localidades distintas, com redução do tempo e a melhor maneira possível da utilização do espaço, das matérias-primas e da mão de obra.

A logística obrigou o setor de transportes a se adaptar às novas demandas para garantir uma distribuição eficiente, rápida e segura das mercadorias.

A Revolução técnico-científica, a partir de 1970, implementou um conjunto de modificações tecnológicas que alterou a estrutura de produção e comercialização das mercadorias e a comunicação, conduzida pelo atual modelo de telecomunicações, ampliou demasiadamente a possibilidade de circulação de mercadorias, informações e pessoas pelo mundo.

A queda do Muro de Berlim em 1989 enfraquece a lógica do projeto soviético, o que levou à retirada de suas tropas da Alemanha e a posterior dissolução da URSS, em 1991. Além disso, a República Popular da China, a partir da década de 1970, promove intensa modernização, permitindo a implantação de indústrias multinacionais em seu território.

Chega-se, assim, ao domínio dos mercados pela via do modelo liberal-capitalista utilizado pelos Estados-Unidos com a utilização do dólar como moeda padrão para transações comerciais e o inglês como língua universal, pela via das transações comerciais.

Com isso, tem-se a globalização agora como um fenômeno social que pretende promover uma integração em escala global, no aspecto econômico, social, cultural e político.

Assim sendo, é possível uma empresa produzir em um determinado país, fazer investimentos em outros países, com a exigência de aprimoramento da

infraestrutura e incentivos fiscais em outro país e se manter nesse local e, ainda, pagar impostos em um terceiro país.

Sobre essa nova dinâmica é pertinente observação de Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p 135) ao destacarem que o capitalismo na atualidade “mostra-se [...] como um sistema que paralisa e captura os atores sociais no interior de ‘alternativas infernais’ – situações que não parecem deixar outra escolha além da resignação ou da denúncia impotente ante a guerra econômica incontornável”. E estas ‘alternativas infernais’ limitam o campo político e passam a se impor como norma, mecanismo de disciplinamento e controle. Isso faz “com que os indivíduos se aprisionem nos imperativos da “competividade”, nos requisitos de serem capazes de atrair sobre si e suas localidades os investimentos disponíveis no mercado”.

Além disso, continuam Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p 136), “ao implantarem ‘alternativas infernais’ como normas de aceitação visam admitir projetos de investimento social e ambientalmente regressivos”, promovendo com isso uma “desregulação imposta pelos capitais dotados de maior mobilidade espacial” e caso as condições pleiteadas pelos empreendimentos, tais como, “isenções fiscais, favores fundiários, flexibilização das normas ambientais, urbanísticas etc” não sejam aceitas, o empreendedor “acena com a possibilidade de ir para outra localidade no interior do país ou para outro país, sendo que esta ‘chantagem locacional’ é possível em razão da mobilidade dos capitais resultante do processo de liberação e abertura econômica”.

Ora esse fato só foi possível porque o modelo liberal-capitalista reinante passou a se apropriar do humano, eis que a natureza já fora dominada, conforme explicado anteriormente. Com isso, as empresas passaram a ter intensa atividade política, promovendo o esfacelamento dos Estados.

Diante das colocações postas, como enfatiza Beck (1999, p. 27), “levantar a voz contra o poder do mercado mundial é tarefa difícil” e só seria “possível se se inventasse um meio para destruir o (mundialmente poderoso) mercado mundial, algo capaz de atuar em todas as cabeças e inibir todas as ações”.

Entretanto, como adverte Sachs (2007, p. 23) não se pode adotar uma postura comodista diante desta constatação, pois se “para que as coisas aconteçam, é preciso que sejam economicamente viáveis. A viabilidade econômica é uma condição necessária, porém certamente não suficiente para o desenvolvimento”, eis que “o econômico não é um objetivo em si, é apenas o instrumental com o qual avançar a caminho do desenvolvimento incluyente e sustentável”. Assim sendo os cientistas sociais têm uma enorme responsabilidade. “Essa responsabilidade consiste precisamente na explicitação dos critérios com os quais se avalia o desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado”.

Portanto, é necessário a correta compreensão deste fenômeno e entender que globalização não significa melhoria das condições de vida de todas as nações, eis que como destaca Bauman (1999, p. 07) nesse fenômeno “há mais coisas do que pode o olho aprender” e uma vez dissipada a névoa que cobre o termo, surge a clareza da “condição humana atual”.

Nesse contexto importante advertência é feita por Sousa Santos (2002, p. 53) sobre as teorias da *modernidade reflexiva*. Essas, resumidamente, pregam a vitória da modernidade ocidental pela via da industrialização e são adotadas não só por Giddens, mas também por Beck, Lash e Urry que, no então, não se atentam para o fato de que “a grande maioria da população mundial sofre as consequências de uma modernidade ou globalização nada reflexiva ou que a grande maioria dos operários vivem em regimes de acumulação que estão nos antípodas da acumulação reflexiva”.

Assim, em decorrência de tais fatos é que essa nova ordem mundial também estabeleceu o nascimento de movimentos contra hegemônicos, formados por organizações distintas da sociedade civil tais como, Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos, movimentos ambientalistas ou grupos indígenas, dentre outros, pois a melhoria das condições de vida não tem sido idênticas para todas as pessoas.

Dessa maneira, eventos como movimentos como o Fórum Social Mundial (FSM) são formados e congregam pessoas e movimentos sociais contrários às

políticas neoliberais do FEM (Fórum Econômico Mundial), a partir de 2001, com o lema “Um outro mundo é possível”.

No entender de Sousa Santos (2005, p.15-17) o FSM possui uma dimensão utópica que “consiste em proclamar a existência de alternativas à globalização neoliberal”, além de se revelar como uma “utopia radicalmente democrática” e se apresentar como “a única utopia realista depois de um século de utopias conservadoras, algumas delas o resultado de utopias críticas pervertidas”. Tudo isso, ainda ressalta o sociólogo português, faz com que este projeto utópico seja “baseado na negação do presente em vez de assentar na definição do futuro, concentrado nos processos de intercâmbio entre movimentos e não na avaliação e hierarquização do conteúdo destes” e este seria o mais expressivo fator de coesão do FSM.

De qualquer forma, salta à vista que esses movimentos se aproveitam da própria estrutura comunicacional criada pela globalização, tal como a internet e seus milhares de usuários pelo mundo, que acabam por se inteirar dos fatos instantaneamente.

Ademais, como explica Leff (2006a, p. 160) o saber ambiental é um saber sobre o campo do ambiente “externalizado pela racionalidade econômica, científica e tecnológica da modernidade”. Porém, também, “conota os saberes marginalizados e subjugados pela centralidade do *logos* científico”.

Dessa maneira, várias ações podem ser tomadas e soluções encontradas nos diferentes lugares do mundo, gerando ações no sentido produzir uma melhor adequação às transformações propiciadas pelo fenômeno da globalização.

No entanto, essas reações vão desde produções que refletem a diversidade cultural, herdada de séculos de tradição dos vários povos da Terra e representadas por variadas manifestações artísticas de grupos e etnias, até tradições atávicas e conservadoras que, diante do contexto de incertezas políticas e econômicas, fazem brotar movimentos separatistas, xenofóbicos e terroristas.

Alia-se a isso, também, o fanatismo religioso que tenta através um modelo próprio de sociedade, apresentar e recuperar valores morais como mecanismo de

manutenção da identidade cultural das nações e resistência aos desafios impostos pela globalização.

Por essa razão, Leff (2006, p. 18) sustenta que a racionalidade ambiental nasce nas “entre as dobras do pensamento moderno”, bem como desvela os círculos perversos e aprisionamentos e as amarras das “categorias do pensamento e os conceitos científicos ao núcleo da racionalidade de suas estratégias de dominação da natureza e da cultura”. Além disso, a racionalidade ambiental ainda indaga sobre a fundação do uno e o desconhecimento do outro, eis que estes levaram “ao fundamentalismo de uma unidade universal e à concepção no processo de globalização”, responsáveis diretos do terrorismo e da crise ambiental “como decadência da vida, como vontade de suicídio do ser e extermínio do outro, como a perda de sentidos que acarreta a coisificação do mundo e a mercantilização da natureza”. Enfim, a racionalidade ambiental busca “conter a alteração dos contrários como dialética da história para construir um mundo como convivência da diversidade”.

Percebe-se diante de tais colocações que a velocidade imposta pelo capital transformou o nosso modelo atual em um modelo de sociedade líquida onde tudo se dissolve pelo excesso de consumo e pela banalidade das relações humanas.

A globalização não é assim um fenômeno espontâneo e irreversível, no qual as diferenças culturais, econômicas e sociais desapareceram, em favor de um putativo crescimento econômico para todos, pelo contrário, ela faz ressaltar ainda mais as contradições político-ideológicas impostas pelo capitalismo.

Essas considerações, aliás, se agravaram com o avanço do capitalismo que proporcionou um crescimento tecnológico, a partir do atrelamento da ciência como meio de produção e, ao mesmo tempo, gerou uma maior degradação do meio ambiente.

De fato, a capacidade de se transmutar leva o capitalismo a se perpetuar e assim tem-se a sua configuração através de fases, na qual o seu primeiro período é marcado pelo capitalismo liberal, que cobre todo o século XIX. O segundo período engloba o fim do século XIX até duas décadas após a 2ª Guerra Mundial e

é denominado de capitalismo organizado. Por fim, o terceiro período, denominado de capitalismo desorganizado, cobre o período do final da década de sessenta do século passado até o início da década de 1990. Nessa fase vê-se a eclosão do capitalismo financeiro.

Bauman (2010, p. 7) explica essa trajetória ao salientar que “o capitalismo se destaca por criar problemas e não por solucioná-los”, revelando-se um modelo *parasitário* que necessita sempre de novos mercados para explorar e, assim, continuar a sobreviver.

Por isso, Bauman (2010, p. 29) complementa que as mudanças perpetradas pelo capitalismo no interior das sociedades modernas ensejou a mudança de um modelo que levou a uma transição “da sociedade *sólida* para a sociedade *líquida*, de produtores para consumidores” e assim, “a fonte primária de acumulação capitalista se transferia da indústria para o mercado de consumo”.

Tudo, pois, é visto sob a ótica das regras de mercado e os conceitos de mercadoria e de consumidor, inclusive as relações humanas.

Na atualidade, porém, como ressalta Leff (2004, p. 34) o *saber ambiental* “não é o paço de articulação das ciências constituídas”, pois “o ambiente não está dado”. Por esta razão, o saber ambiental emerge da “ordem do não pensado, mas também do conhecimento que tem desconhecido sua exterioridade e que se manifesta como *crise ambiental*”.

No entanto, a globalização se apropria do humano e estabelece padrões. Assim, ser diferente é ser igual. Por outras palavras, a diferença é marcada pelos produtos e mercadorias que cada um tem condições de adquirir. O mercado estabelece o padrão a ser seguido e as relações humanas passam a ser guiadas por estes padrões.

No entanto, como advertem Vidal de Souza e Horbatiuk Dutra (2011, p. 08):

A crise da pós-modernidade vai além da crise ecológica retratada nas ameaças de catástrofes ambientais e no risco de um colapso de recursos naturais. É uma crise mais profunda, de cunho político, que atinge a humanidade e se concretiza em ameaça às suas características fundamentais, naquilo que distingue os homens, a capacidade de amar, compartilhar sentimentos e assumir responsabilidades.

Além disso, como explica Leff (2004, p. 35) o saber ambiental hoje emerge, também, de um espaço diverso do científico, eis que

o ambiente não é o conhecimento positivo que falta aos paradigmas científicos ao terem esquecido a natureza. O ambiente é essa falta de conhecimento que não se completa nem se totaliza, que anima um processo interminável de construção de um saber – de saberes – que orienta ações, que gera direitos, que produz técnicas para pensar e construir um mundo sustentável, segundo outros valores que se constituem na ordem simbólica e no reconhecimento de outros potenciais na ordem do real.

Vê-se, com isso, que a degradação atual não é só da natureza, mas atinge o humano, pois nos coloca mais uma vez diante do risco de práticas totalitárias, exclusões variadas, impossibilidade de acesso aos mercados que estão a construir uma massa de pessoas consideradas como desqualificadas para este modelo de mundo globalizado, pois a miserabilidade e a falta de emprego não permitem o acesso ao consumo, que faz a roda do mercado girar.

Enfim, o homem inicialmente se apropriou dos recursos naturais para construir o modelo de mercado. O mercado se agigantou e, agora, se apropria do homem e da natureza.

Dentro desse viés, a ideia de *desenvolvimento sustentável* só é possível se promover uma ampla discussão dos pontos fundamentais de sustentação do capitalismo, tais como padrões de produção e consumo, regime de acumulação de riquezas, modos de regulamentação do capital pelo Estado e integração da economia com os interesses sociais, evitando-se a destruição da natureza, mas também do homem em sua identidade, inaugurando uma época de solidariedade e respeito global e cósmica.

Considerações finais.

Este artigo se propôs a examinar o conceito de desenvolvimento ambiental a partir da relação homem/natureza no mundo moderno. Assim, iniciamos examinando o pensar de Bacon e a sua contribuição para que a natureza pudesse não só servir ao homem, mas depois ser a mola propulsora da Revolução Industrial.

Na sequência ocupou-se do fenômeno da globalização e de como este permitiu que além da natureza já dominada, fosse o homem, também, locupletado, seja pela redução do Estado que deixou de promover investimentos sociais, para permitir que o avanço do capitalismo, seja pelo atrelamento do capitalismo ao crescimento tecnológico, como meio de produção e maior degradação do meio ambiente, para vender a imagem de que o consumo de mercadoria teria a capacidade de integrar os povos, num mundo sem fronteiras de qualquer espécie.

Vimos que a evolução tecnológica, a globalização e as crises atuais ressaltam as potencialidades e as limitações planetárias e que o conceito de desenvolvimento sustentável só se efetivará com mudança de comportamento para garantia da sustentabilidade.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável se apresenta, por ora, como frágil e poroso, podendo significar muito ou pouco dependendo do olhar empregado.

Ademais, se é certo que o princípio da sustentabilidade ressalta do Texto Constitucional vigente, em uma interpretação que engloba os artigos 170 e 225 e seus incisos e os artigos 1º e 4º da Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, (Lei nº. 6.938/81), a sua efetividade só é possível pela ideia de desenvolvimento sustentável como pretensão de produzir harmonia entre os vários povos. Por isso, deve-se pautar por mudar a relação homem-natureza, que não pode ser de domínio, mas de convívio e interação.

Desta maneira, somente o pensamento e as atitudes que reflitam a realidade de que somos apenas uma parte do todo e que dependemos dos demais elementos do ciclo da vida, garantirá os recursos necessários à manutenção das gerações futuras e, por ser assim, nem a natureza, nem o homem podem ser apropriados por modelos econômicos de qualquer ordem, sob pena de sucumbirem.

Referências.

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello de A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. **Globalização – as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo – Respostas à Globalização**. São Paulo: Terra e Paz, 1999.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Tradução Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental – a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.
- _____. **Aventuras da epistemologia Ambiental – Da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LOCKE, John. *In* WEFFORT, Francisco (org.) **Os Clássicos da Política**. 13. ed.. São Paulo : Ed. Atica, 2004, vol.1.
- MARICONDA, Pablo Rubén. O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 4, n. 3, Sept. 2006, pp. 453-472. Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Jan. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662006000300006>.
- SACHS, Ignacy. Primeiras Intervenções. *In* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Os processos da Globalização. *In* SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. **O Fórum Social Mundial – Manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOUZA, José Fernando Vidal de; DUTRA, Tônia Andrea Horbatiuk. Alteridade e ecocidadania: uma ética a partir do limite na interface entre Bauman e Lévinas. **Cadernos de Direito**. Piracicaba: Editora Unimep, vol. 11, nº. 20, jan-jun, 2011, p. 7-22.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.